



Revista Brasileira de Gestão Urbana

scielo.br/urbe

Territórios afro-brasileiros em Curitiba: considerações sobre arquiteturas, territorialidades e cidades

Afro-Brazilian territories in Curitiba: considerations on architectures, territorialities and cities

Murad Jorge Mussi Vaz^[a] 

Curitiba, PR, Brasil

^[a] Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Departamento de Arquitetura e Urbanismo

Ana Sophia Daufenbach Pryplotsky^[b] 

Curitiba, PR, Brasil

^[b] Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)

Como citar: Vaz, M. J. M., & Pryplotsky, A. S. D. (2024). Territórios afro-brasileiros em Curitiba: considerações sobre arquiteturas, territorialidades e cidades. *urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana*, v.16, e20230263.

<https://doi.org/10.1590/2175-3369.016.e20230263>

Resumo

São múltiplas as dimensões que se interseccionam e compõem o espaço urbano, seus territórios e arquiteturas. Espaços de disputas, a constituição de cidades e territórios brasileiros tem se dado, historicamente, a partir da dominação de determinados grupos sobre outros. A literatura clássica sobre teoria urbana e arquitetura se debruça sobre padrões hegemônicos, seja a luta de classes e/ou uma primazia de referências euro-estadunidenses. No entanto, é preciso que outras categorias, grupos e espaços de vida também sejam acionados para uma análise que contemple invisibilizações e apagamentos históricos e contemporâneos. Neste sentido e, dadas as contradições e os desafios que se abrem com o século XXI, aprender a partir de outras categorias analíticas abre caminhos para a compreensão de que “outros mundos são possíveis”. Utilizamos, para isso, territórios religiosos afro-curitibanos, numa leitura que contempla de material bibliográfico a trabalhos de

MJMV é professor adjunto, pós-doutor em Arquitetura e em Geografia, e-mail: mudegas@gmail.com

ASDP é graduanda em Arquitetura e Urbanismo, e-mail: anasophia0910@gmail.com

campo. O trabalho, em desenvolvimento, tem encontrado consonância nos campos de história, geografia, ciências sociais e direito, mas ainda precisa ser trazido ao cerne dos campos de arquiteturas¹ e urbanismo, no âmbito de Curitiba, da formação acadêmica à prática profissional.

Palavras-chave: Raça e gênero. Terreiros de umbanda. Modernidade-colonialidade.

Abstract

There are multiple dimensions that intersect and make up the urban space, its territories and architecture. Spaces of dispute, the constitution of Brazilian cities and territories has historically been based on the domination of certain groups over others. The classic literature on urban theory and architecture focuses on hegemonic patterns, be it the class struggle and/or the primacy of Euro-US references. However, other categories, groups and living spaces must also be used for an analysis that considers historical and contemporary invisibilities and erasures. In this sense and given the contradictions and challenges of the 21st century, learning from other analytical categories opens ways of understanding that "other worlds are possible". To this end, Afro-Curitiba's religious territories were used in a reading that included bibliographical material and fieldwork. This work, still in development, has found a consonance in the fields of history, geography, social sciences, and law, but it still needs to be brought to the heart of the fields of architecture and urbanism, in the context of Curitiba, from academic training to professional practice.

Keywords: Race and gender. Umbanda terreiros. Modernity-coloniality.

Introdução e provocações iniciais

O espaço urbano, numa sociedade que tem a dimensão racial como um princípio regulador de relações, fundamental no desenho estrutural de alocação de riquezas e poder, é pleno de grafagens das relações raciais. (Santos, 2012, p. 66).

[...] um campo fértil se descortina para a arquitetura e urbanismo a partir do habitar de um amplo público de comunidades de favelas, comunidades de terreiros, comunidades quilombolas, nações indígenas, grupos ciganos, [...]. (Ramos, 2020, p. 158).

Escolhemos duas citações que expressam uma intersecção necessária para entendermos as cidades e espacialidades brasileiras. A primeira, trazida por um geógrafo, opera a partir da intrínseca relação entre o espaço urbano brasileiro e a dimensão racial que se espacializa. Portanto, para se falar de desigualdades urbanas e segregação, de cidades e territórios, não há como não se acionar a categoria raça. (Nascimento, 2021; Santos, 2012; Cunha & Ramos, 2020, etc.). A segunda, de uma arquiteta e urbanista, também abre o campo do conhecimento para epistemologias, práticas socioespaciais, culturais outras, que constituem espacialidades e territorialidades no País, mas que permanecem invisibilizadas.

Estamos diante da possibilidade de uma revisão de base epistemológica, metodológica e teórica capaz de pensar cidades, arquiteturas e territórios outros, para além daqueles que vêm sendo, historicamente, reiterados pelo paradigma da modernidade-colonialidade. Esse binômio, que alça força no momento de invasão das Américas, reitera a categoria de raça, como um constructo social de maior alcance

¹ Temos usado o termo "arquiteturas" em vez de "arquitetura" após diálogo com a arquiteta Adriana Caúla (UFF); afinal, são múltiplas arquiteturas.

para a dominação e a violência. (Quijano, 1999). A partir dele – e sobre ele –, começam a operar linhas abissais (Santos, 2007) que definem corpos, sujeitos, territórios, válidos como marcos civilizatórios, calcados no Norte Global, em detrimento de toda forma de conhecimento, inclusive, de compreensão ontológica.

Um europeu/capitalista/militar/cristão/patriarcal/branco/heterossexual veio para a América e estabeleceu, no tempo e no espaço, simultaneamente, várias hierarquias globais sobrepostas [...]. (Grosfoguel, 2006, p. 125, livre tradução nossa).

Entre as principais hierarquias levantadas por Ramon Grosfoguel, a partir de autores e autoras, destacamos: (1) centro e periferia; (2) uma hierarquia étnico-racial; (3) uma hierarquia de gênero e sexualidades; (4) uma hierarquia de religiões, e (5) uma hierarquia epistêmica. Estas operam reiterando zonas de ser e de não ser (Fanon, 1952), fundantes das relações sociais – e alargamos aqui para espaciais – que se vinculam à ideia de epistemicídio. (Carneiro, 2005; Santos, 2007). Esse epistemicídio, inclusive, delimita modos de ser urbano, de constituir territórios, em detrimento de muitos outros, que atravessam o cerne da urbanização, das espacialidades e das arquiteturas brasileiras.

A partir das assertivas anteriores, trazemos para o debate, conforme objetivamos: (1) análises urbanas em Curitiba a partir de um recorte histórico com parâmetros de raça, classe e gênero, e (2) o estudo arquitetônico de um território de umbanda curitibano. Neste sentido, ao tratar de cidades, no Brasil, temos que assumir que os recortes de classe e renda não bastam para discutir desenhos e processos criativos espaciais, além de desigualdades e segregação, assumindo a intersecção citada anteriormente como exemplo, uma vez que, na ampla maioria das periferias urbanas, há grande concentração de população preta e parda (Ramos, 2020; Moassab, 2019; Moassab & Name, 2020a, 2020b; Pena, 2019; Pessatti & Maziviero, 2021). Essa constatação resulta de um processo histórico, iniciado ainda em período de escravidão, agravado no pós-abolição e nas políticas urbanas que cruzaram os séculos XIX e XX, e em continuidade. Ao se falar sobre arquiteturas brasileiras, cabe aqui que recuperemos os legados, ainda vigentes, que atravessam as referências hegemônicas e conformam espaços de vida e de aprendizagem, e que não constituem o arcabouço teórico conceitual da maior parte das escolas de arquitetura e urbanismo brasileiras.

Em nossos trabalhos de pesquisa, temos nos debruçado sobre Curitiba, que tem sido referência em planejamento urbano e arquitetura, sofrendo grande apelo de marketing urbano nas décadas de 1990 e 2000 (Sánchez & Moura, 2005; Sánchez, 2003) e que continua, atualmente, atualizando seu discurso, mas vinculando-se, entre outras, a estratégias de sustentabilidade atrelada à “financeirização da natureza” (Rodrigues & Coelho, 2017).

Em seu processo histórico de construção espacial e consolidação urbana, consoante ao estado do Paraná e à região Sul como um todo, observa-se a construção de narrativas históricas e espaciais que obliteram a herança e a contribuição da população negra nos seus mais múltiplos aspectos. (Nascimento, 2021; Mendonça, 2016, 2018, 2020; Santos, 2013; Pessatti & Maziviero, 2021, entre outros). No entanto, atualmente, são observadas iniciativas de retomada e recuperação da memória negra em sua constituição, em âmbito institucional, como a inauguração do Memorial Africano², na Praça Zumbi dos Palmares, além da renomeação e inauguração de algumas estátuas na cidade³, intervenções estas que ainda estão aquém de uma leitura mais aprofundada das contradições que compõem a cidade. Também há intervenções variadas, como iniciativas

² Mais informações em Curitiba (2010).

³ Entre elas, Enedina Alves Marques e Emerenciana Cardoso Neves.

de coletivos, pesquisadoras e pesquisadores, e da sociedade civil, que se debruçam num aprofundamento de pesquisas, debates e descobertas (ver próximo item). Compreender a conformação socioespacial da cidade, ao longo do tempo, nos permite ir além do reconhecimento da contribuição da população negra, enfrentando o racismo que se traduz, historicamente, desde as políticas públicas aos planos urbanos. Em certa medida, nos permite constituir aberturas às territorialidades e formas de conceber espaços que se constituem em formas postas à margem – tanto literal, quanto metafórica –, como no caso dos territórios de cultos.

Metodologicamente, temos feito estudos baseados em referências bibliográficas e dados primários e secundários, acrescidos de trabalhos de campo. Nossos trabalhos de campo têm contribuído sobremaneira para descobertas contínuas, reorientações de percursos e aprofundamento das questões que têm nos motivado. Assim, o legado da colonização perfaz o cotidiano de nossas cidades e nossos territórios, e nos atravessa em múltiplas dimensões⁴. No entanto, há sempre espaços para insurgências e emergências, resistências presentes em formas de habitar.

Ainda que em estágio inicial, percebemos que há um longo “caminho em aberto”, parafraseando Vicente del Rio (1990, p. 117), a ser trilhado nos campos de produção teórica e epistemológica, e na busca por outros métodos que deem conta de contemplar outras dimensões da colonialidade do saber (Walsh, 2005), do aspecto territorial (Delgado & Ruiz, 2021) e do ser e do poder (Dussel, 2005; Quijano, 1999; Grosfoguel, 2006; Mignolo, 2008). Demonstramos aqui rumos e perspectivas sobre as espacialidades de religiões afro-brasileiras, rompendo uma suposta linearidade, homogênea e universalizante, que regem tanto as teorias urbanas quanto os debates sobre arquiteturas (Ramos, 2020; Moassab, 2019; Moassab & Name, 2020a, 2020b; Velame, 2019, entre outros), e abrindo campo para outras formas de enfrentar a segregação e as desigualdades, em direção à “[...] diversidade epistemológica do mundo”, preconizada por Boaventura de Sousa Santos (2007, p. 85). Entretanto, não nos atemos somente aos campos da segregação e das desigualdades, mas também atentamos para a interconexão de saberes e práticas para que outras espacialidades e territorialidades sejam reconhecidas.

Curitiba: cidades de todas as gentes?⁵ Uma proposta de análise sobre intersecção de raça, gênero e classe



Figura 1 - Aquarela de Debret, Curitiba (1827). Fonte: Mendonça (2020).

⁴ Nossas reflexões avançam sobre intercâmbios que temos feito com países africanos, notadamente Moçambique. É fundamental resgatar que essas trocas nos permitem fazer cruzamentos e trocas de reflexões críticas entre os processos em países violentamente colonizados por Portugal (Vaz et al., 2021).

⁵ O título tensiona um dos títulos dados à cidade, nas campanhas de marketing.

É importante destacar que as populações africanas subsaarianas não foram responsáveis somente pela ocupação efetiva do território brasileiro e pela mão-de-obra, eles marcaram e marcam, de forma irreversível, a nossa formação social, tecnológica, demográfica e cultural que, ao longo desses séculos, foi preservada e recriada, mesmo com as políticas contrárias do sistema. (Anjos, 2010, p. 15).

Optamos por abrir nossa reflexão a partir de uma aquarela de Debret (Figura 1) e uma citação de Rafael dos Anjos. A primeira retrata a única imagem atribuída a Debret deixada sobre Curitiba (1827), na qual vemos a presença de um trabalhador negro, em primeiro plano, sobre a imagem da vila ao fundo (Mendonça, 2020, p. 17). É neste momento que a reflexão de Rafael dos Anjos torna-se fundamental. Ela tensiona o papel de subalternidade de uma possível leitura superficial da imagem, reiterando a contribuição indiscutível da população africana (e/ou afro-brasileira) nos múltiplos aspectos que nos constituem como sociedade, entre os quais os aspectos arquitetônicos e territoriais. Há uma série de trabalhos que resgatam a presença negra em Curitiba, desde os clubes operários (Hoshino et al., 2020; Santos et al., 2019), aos espaços religiosos (Blum et al., 2018), numa presença constante no centro da cidade que foi, ao longo das décadas, sendo coberta por camadas de embranquecimento – literal ou figurativo – pelos discursos oficiais, políticas públicas de expulsão das áreas centrais, incentivos à imigração europeia, incluindo os campos da toponímia e dos monumentos públicos (Mendonça, 2016, 2018; Baracho, 2020; Linha Preta - Centro Humaitá⁶, projeto AfroCuritiba⁷). Neste sentido, abre-se a possibilidade de uma dupla reflexão. A primeira vincula-se ao reconhecimento dessas territorialidades e suas contribuições pregressas e contemporâneas aos campos da arquitetura e urbanismo. A segunda, a partir do reconhecimento do processo histórico através do qual a população negra foi sendo remetida à periferia, e sua contribuição, essencial para pensarmos arquiteturas, em certa medida invisibilizadas (Santos, 2013; Nascimento, 2021; Pessatti & Maziviero, 2021). Olhar para a história narrada, quer nos discursos, quer nas “grafagens urbanas”, escovando a história a contrapelo (parafrazeando Walter Benjamin), nos permite compreender como, mesmo com as práticas e políticas urbanas contrárias, os traços da presença negra continuam presentes na área central (como é possível notar através da Figura 2) e em toda a cidade. Mais do que isso, conforme Mendonça (2020), esse olhar contribui para que a história da presença africana, no Brasil e, em particular, Curitiba, vá além das narrativas vinculadas somente à escravidão, reiterando seu lugar em múltiplas contribuições. Territórios e lugares de memória e presença negras têm sido resgatados por projetos que recuperam histórias, lugares e personagens (ver Figura 2)⁸.

[...] o reconhecimento dos lugares de memória negra não remete a trabalho de luto, mas de luta, no presente, pelo futuro, agenciando os (contra) usos do passado. Uma disputa discursiva pela ruptura do monopólio da fala e da narrativa no instante de perigo do hoje. Narrar (n)a raça é também lutar pela (des)construção da versão embranquecida e apassivadora do 13 de maio e contra sua apropriação celebratória que desconsidera que a igualdade é um projeto ainda inconcluso. É, enfim, lutar pela memória como potência do agir político: memor(a)ção. (Hoshino et al., 2020, p. 169).

⁶ Mais informações em Linha Preta (2023).

⁷ Mais informações em AfroCuritiba (2023).

⁸ Especificamente, falamos aqui do AfroCuritiba e do Linha Preta. Ambos recuperam percursos fundamentais à compreensão dos espaços e territórios ocupados, historicamente, pela população preta, constantemente ressignificados pelas narrativas construídas sobre a cidade.

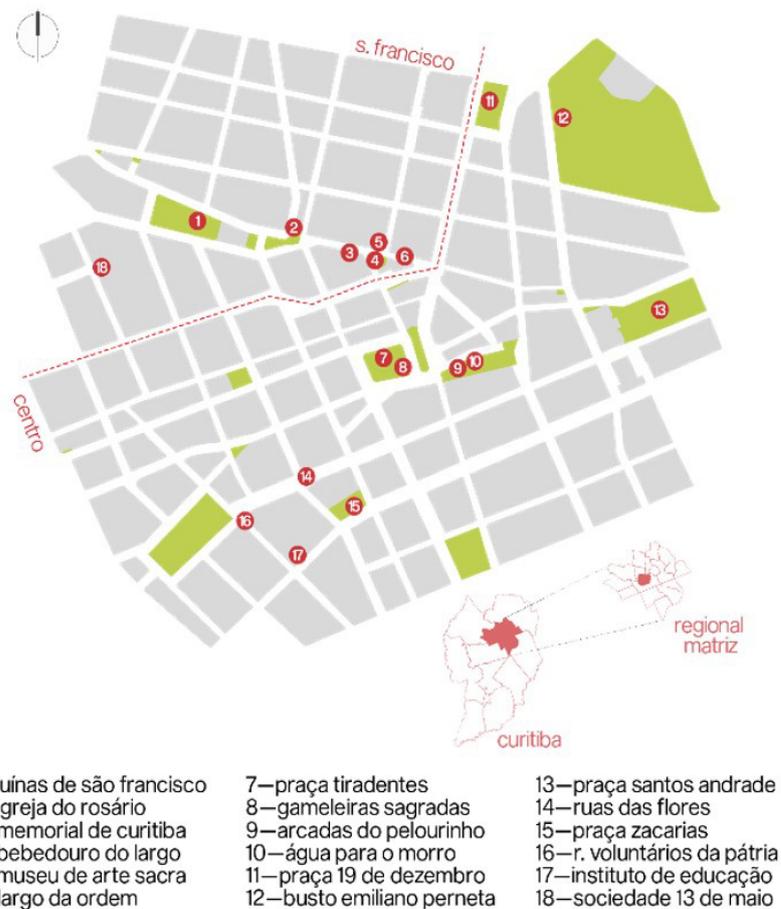


Figura 2 - Pontos referenciais afro-curitibanos. Fonte: Elaborado com base em Linha Preta (2023), AfroCuritiba (2023) e IPPUC (2022).

Os espaços acima trazidos, bem como os trabalhos advindos dos campos da história, da geografia, das ciências sociais (incluindo nossa pesquisa sobre terreiros), contribuem para a desmistificação de uma escravidão vinculada somente às senzalas e às plantações, mas nos conduz a um olhar sobre a escravidão que se processava nas ruas de Curitiba, nas múltiplas funções exercidas pelos escravizados de ganho e pessoas, que alimentavam os serviços e o comércio local (Mendonça, 2018, p. 23-24), criando espaços e práticas socioespaciais, com forte influência na conformação da cidade atualmente. Essa compreensão ampliada, também a partir de técnicas em construção, em espaços religiosos, domésticos, urbanos, paisagísticos, gastronômicos, religiosos, culturais, entre outros, nos traz a um debate crítico sobre cidades e arquiteturas contemporâneas, como as incluídas em nossas pesquisas, suas configurações e paradigmas, e as dimensões de desigualdade e segregação que lhes atravessam.

Destarte, transpomos a categoria raça para um debate de maior consistência sobre segregação socioespacial em Curitiba. Para isso, apresentamos os mapas abaixo (Figura 3), que retratam um atravessamento entre políticas públicas e questões econômicas e raciais, para além da questão de gênero no município.

Em aproximação inicial, verifica-se a correlação entre as maiores rendas e os bairros que se encontram a partir da regional da Matriz, cujo caráter é central, e se desenvolvem a partir dos eixos estruturais Norte e Oeste. Ao mesmo tempo, às margens e à porção Sul do território, estão relegadas as rendas infe-

riores. Nesse contexto, ao analisar a distribuição populacional a partir da categoria racial, nota-se a espacialização da população negra concentrada ao Sul e dispersa às franjas da cidade. Quando adicionada a categoria de gênero, delinea-se o acentuamento ainda maior da presença feminina negra às margens. Posto isso, é possível vislumbrar o panorama de apropriação desigual da cidade e organizado em concórdância com os eixos estruturantes⁹, que condicionaram – também com o zoneamento – a ocupação urbana.

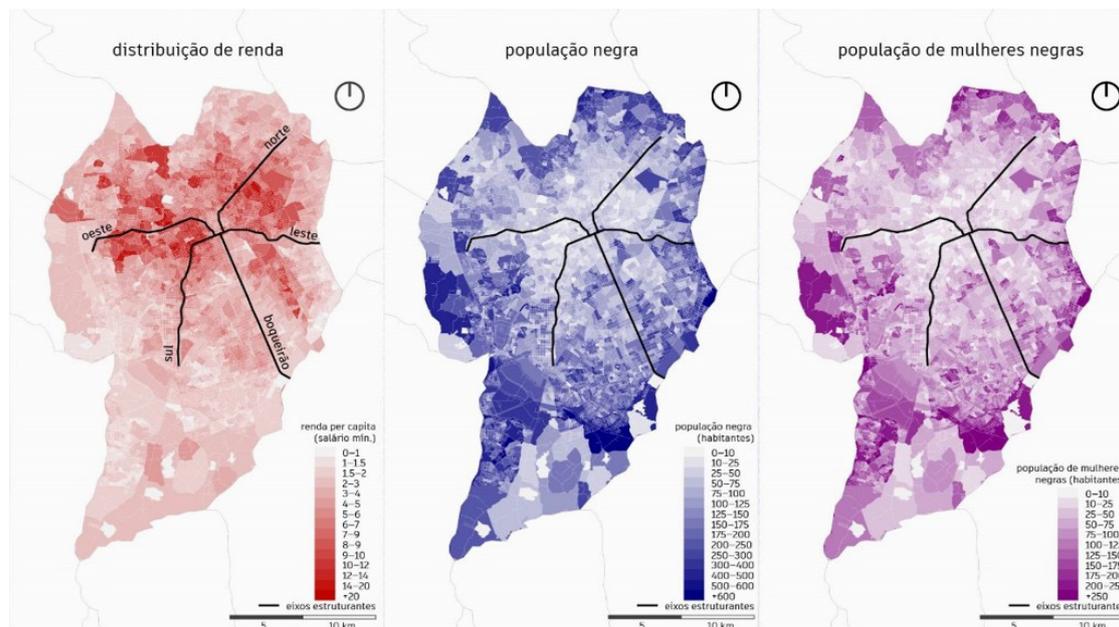


Figura 3 - Mapas de população negra, população feminina negra e renda per capita em Curitiba – sobreposição dos eixos estruturantes (Plano Serete). Fonte: Elaborado pelos autores, a partir de dados do IBGE (2010) e da base de IPPUC (2022), inspirado originalmente em Pessatti & Maziviero (2021).

A constatação, a partir do mapeamento, se deu ao longo do tempo de modo que as populações pobres (com grande concentração de população preta e parda) foram expulsas para a periferia curitibana (Nascimento, 2021; Pessatti & Maziviero, 2021; Santos, 2013). Ao reconstituir historicamente esse processo, percebe-se um início da periferização dessa população a partir dos Códigos de Posturas, no século XIX, e que avançou com os planos diretores seguintes – Agache (1943) e Serete (1965) – a partir de medidas de investimento e concentração de equipamentos em regiões de maior poder aquisitivo e, por conseguinte, habitadas por uma parcela branca (idem), o que será expresso novamente no tópico seguinte. A partir da década de 1990, as políticas urbanas, orientadas pelo modelo de *city marketing*, passaram a promover e reforçar uma imagem emblemática da cidade (Nascimento, 2021; Carvalho, 2014), veiculando um discurso que correspondia a um recorte parcial, sendo distante da experiência notada nas periferias, e utilizado para ocultar a segregação, além de contrastes e conflitos (Nascimento, 2021; Carvalho, 2014). Tal utilização do discurso como instrumento para que a imagem seja forjada se tornou notória a partir de rótulos, organizados por Sánchez & Moura (2005), que adjetivam Curitiba como “cidade modelo”, “cidade planejada”, “capital social” ou “Curitiba de todas as gentes”. Em análise mais recente, Bittencourt & Faria (2021, p. 6) se debruçaram sobre a desigualdade socioespacial da cidade, frente ao planejamento urbano, compreendendo que:

⁹ Esse foi um aprofundamento de nossa pesquisa sobre Pessatti & Maziviero (2021).

A crítica à cidade modelo, que emergiu na literatura do planejamento urbano em Curitiba no final da década de 1990, tem orientado diversas pesquisas nas últimas duas décadas. A constituição de fronteiras de desigualdade na produção das “novas periferias” metropolitanas (Polli, 2006), a ausência da questão habitacional que conforma um discurso lacunar de planejamento (Albuquerque, 2007), os impactos das políticas urbanas na valorização imobiliária e no acesso aos serviços públicos (Borges, 2009), a produção do espaço e os mecanismos de apropriação e produção de vantagens locais por meio da articulação entre Estado e capital imobiliário (Pilotto, 2010), a dinâmica de produção dos espaços informais de moradia (Silva, 2012) e as políticas de obscurecimento do preço da terra (Bertol, 2013) são fenômenos que ilustram a significativa produção teórica sobre as contradições da produção da cidade de Curitiba.

Para contraposição às imagens e aos títulos que omitem ou distorcem a realidade de desigualdade, vale levantar que, conforme Anjos (2010), “[...] as estatísticas apontam o Brasil como a segunda maior nação negra do planeta e é com relação a essa população que são computadas as estatísticas mais discriminatórias e de depreciação socioeconômica”. As constatações acima, somadas ao fato de que, conforme dados do IBGE em 2017, 24% da população curitibana se reconhecia como negra, portanto, a capital com maior população negra do sul do Brasil (Nascimento, 2021), tensionam diretamente com os ideários de cidade europeia constituído no senso comum e como modelo de planejamento publicizado. Assim, é uma cidade de todas as gentes, mas com territórios e processos de apropriação espacial bastante díspares.

Do país, do estado e da cidade - narrativas históricas e apagamentos

É importante retomar que não podemos estudar o caso curitibano sem uma compreensão maior, advinda do próprio estado e do País. Assim, observamos que, desde o período provincial, no século XIX, o incentivo à imigração europeia se dava baseado em um discurso de colonização e povoamento do interior do estado. Conforme Mendonça (2016), os “vazios demográficos”, no entanto, estavam já ocupados por populações nativas, negras e caboclas. “Desde o final do século XIX, a presença dos europeus na conformação social do Paraná vem sendo também associada à conformação de uma identidade regional” (Mendonça, 2016, p. 224), reiterando, desta forma, uma identidade embranquecida, voltada ao paradigma civilizatório europeu. “[...] constituir brasileiros, eliminando desse processo a multiplicidade de identidades que a compuseram, obscurecendo os conflitos a ele inerentes” (Mendonça, 2016, p. 223). Assim:

[...], à medida que o país passava do estado imperial ao estado republicano, o Brasil assume um projeto de nação que renega a população negra, aplicando diversas frentes de atuação contrárias aos interesses desta população. Sucintamente, destacamos alguns destes fatores: no plano ideológico, colaboraram neste processo as representações sociais associadas às teorias raciais “científicas” que projetaram a construção de uma consciência nacional de inferioridade dos negros e de superioridade dos brancos. (Cunha & Ramos, 2020, p. 78).

Os esforços despendidos na associação entre a imigração europeia e a formação da capital paranaense levaram à proeminência do imaginário europeu, de maneira a reverberar até os dias atuais o entendimento de que, na cidade, a escravidão não teve relevância ou de que o desenvolvimento urbano ocorreu sem a influência e a participação de negros e negras (Mendonça, 2016, 2018, 2020; Nascimento, 2021; Santos, 2013; Blum et al., 2018). Neste sentido, Joseli Mendonça mostra como tal processo de apagamento da população negra teve, no movimento paranista, notadamente na década de 1920, como uma das principais motivações. Os

autores do 'paranismo' tinham como objetivo definir contornos identitários do estado e, nesse processo, fortaleceram a narrativa regional tendo o imigrante europeu como protagonista, ao passo em que minimizavam a escravatura e obliteravam marcas afro-brasileiras e indígenas, perpetrando compreensões como as supra-citadas. Ampliando a abordagem relativa à capital paranaense, Pessatti & Maziviero (2021), com base no trabalho de Santos (2013), interpretam o Paranismo como o primeiro, entre três momentos que ocasionaram a invisibilização populacional negra. Afora o movimento paranista, durante ditadura militar brasileira, nos anos 1970, houve empenho para elaboração e implementação de um plano urbanístico que concentrasse renda e equipamentos às classes com maior poder aquisitivo, enquanto algumas camadas populacionais eram excluídas (Pessatti & Maziviero, 2021; Santos, 2013; Nascimento, 2021), constituindo-se este o segundo momento do processo de apagamento das populações indígena e negra. O então chamado PPU, apesar do discurso técnico e detalhado, deixava transparecer que "Nas fendas do discurso técnico emerge com vigor o conteúdo político das decisões tomadas" (Souza, 2001, p.108). Por fim, o último momento refere-se à década de 1990, quando há a circulação das obras didáticas "Lições Curitibanas", promovida pela gestão municipal, produção que reproduzia a imagem europeia da capital e desconsiderava as populações preta e parda (Pessatti & Maziviero, 2021; Santos, 2013). A ação do Estado, em suas políticas urbanas de planejamento, em vários momentos contribuiu para a segregação socioespacial, para a qual não se pode mais operar-se a partir da categoria raça. Assim, Henrique Cunha (2021, p. 81) nos convida a refletir sobre "[...] perspectivas que propõem a interpretação da sociedade brasileira a partir da realidade do Brasil e não da adaptação dos conceitos da realidade da história europeia mimetizados nas explicações universalistas sobre a sociedade brasileira."

Reiteramos que são notáveis as múltiplas questões e dimensões as quais a narrativa histórica perpassa e é atravessada para alcançar a consolidação, sendo racismo e segregação socioeconômica alguns dos fatores essenciais a serem compreendidos. A realidade das cidades brasileiras é marcada pela herança colonial, cujos rastros de violência ultrapassam a escravidão e estendem-se às noções de raça, classe e gênero, impondo lugares diversos a diversos grupos (Moassab, 2019, 2020a; Lara, 2020, entre outros). Afinal, "Nossas cidades são desenhadas para excluir e para esquecer" (Lara, 2020, p. 9). Ao estar inserida neste contexto, urge compreender as contribuições da população negra na conformação da capital paranaense, dependente do emprego de mão de obra, dos conhecimentos variados e das tecnologias trazidas da África, e criativamente incrementados aqui. Também se mostra fundamental revisitar a história, acolhendo e ampliando outras narrativas e visões, superando, assim, as reincidentes invisibilizações e violências, as insurgências, as resistências e as emergências (Velame, 2019; Anjos, 2010; Cunha & Ramos, 2020; Lara, 2020, entre outros).

Os terreiros - espacialidades, criatividade, lutas e resistências

[...] pode-se inferir que a religiosidade africana, enquanto expressão de uma cosmovisão na qual a relação espiritual é indissociável a todos os âmbitos da vida [...] permanecem vivas até nossos dias. (Blum et al., 2018, p. 258).

A assertiva acima costura as discussões empreendidas nos itens anteriores, mas vai além, pois ela retoma alguns conceitos centrais para nossa discussão. Perpassa arquiteturas e os modos de conceber espaços de vida, transversalizando questões culturais. Essa discussão, a partir das dimensões de dominação e invisibilização que dominam os campos dos patrimônios material e imaterial, atravessa a própria

noção da constituição dos territórios¹⁰ para além do espectro rígido do planejamento urbano e, se abre a concepção - quando acionamos a estreita compreensão que temos - de arquiteturas e cidades, a partir de nossas escolas. Outras cosmovisões nos fazem imaginar outras espacialidades, refutando a influência preponderante/primazia/dominação dos paradigmas hegemônicos. Conforme apresenta Hoshino (2021), são somente dez os terreiros tombados pelo IPHAN no Brasil (todos concentrados no nordeste), mostrando o quão longe estamos de um reconhecimento das identidades e dos patrimônios nacionais. Ainda que seja difícil caracterizar uma única tipologia de terreiros - afinal há uma variação enorme entre implantações urbanas, formas, edifícios novos e antigos, e vínculos com espaços de vegetação e água -, esses espaços têm nos permitido ampliar nossos paradigmas, não só em termos arquitetônico-espaciais, como Moassab (2021) menciona, mas também nas próprias dimensões compositivas, técnicas e estruturais, rompendo com a lógica do projeto arquitetônico hermético e remetendo à lógica projetual e construtiva, conforme uma “arquitetura feita por leigos” e nos “[...] convida a desconfiar da aceitação tácita de que autoconstruções são obras do acaso” (Freire-Medeiros & Name, 2019, p. 162).

O mapeamento que temos realizado, ainda que de difícil acesso a dados mais consistentes, nos permite “[...] repensar e reconstruir essa memória urbana, da cidade focada até pouco tempo atrás em uma herança branca europeizada [...]” (Blum et al., 2018, p. 250). Estamos falando de dimensões que passam o patrimônio, os monumentos, as dinâmicas e a cotidianidade. Conforme o mapa de terreiros de umbanda e candomblé (Figura 4), percebemos uma tendência ao espraiamento dos terreiros de umbanda pela mancha urbana, ao mesmo tempo em que os de candomblé estão mais no cone sul. O cruzamento com os eixos estruturantes e os mapas de renda começa a delinear uma hipótese de que a umbanda e o candomblé atingem grupos sociais diferentes e, portanto, verifica-se sua distribuição desigual no tecido urbano. Blum et al. (2018, p. 261) argumentam que já na primeira metade do século XX houve “[...] a emergência da umbanda como religião mais integrada à sociedade urbana da época”. Assim, pelos mapas que temos produzido, podemos corroborar e aferir tal assertiva, pois há um número mais expressivo de terreiros de umbanda que de candomblé, e estão inclusive mais dispersos pela malha urbana.

Faz-se importante a seguinte citação:

A partir das fontes e relatos apresentados, sugere-se como hipótese que a primeira metade do século XX foi profundamente marcada pela interação de dois movimentos, em Curitiba. Por um lado, supõe-se a presença de cultos africanos e afro-indígenas dispersos e de diversas tradições (batuque, macumba, catimbó, xangô etc.) presentes também em outras regiões e que evidenciam uma circulação ampliada da população negra adepta desses cultos operando um “princípio de corte” entre concepções de mundos não integrados. Por outro, a emergência da umbanda como religião mais integrada à sociedade urbana da época, [...] (Blum et al., 2018, p. 261).

Essa constatação, se cruzada com dados e mapeamentos sobre Curitiba, nos permite alcançar outro patamar nas discussões sobre segregação socioespacial e desigualdades urbanas, acionando para a análise dimensões de racismos religioso e ambiental, categorias que hegemonicamente não se enquadram nas análises urbanas. Essa leitura pormenorizada do espaço urbano contrasta com instrumentos clássicos de planejamento e desenho urbanos. Nos trabalhos que têm nos servido de base (Moassab & Santos, 2021; Velame, 2019; Cunha & Ramos, 2020; Pessatti & Maziviero, 2021; Blum et al., 2018; Ramos, 2020,

¹⁰ Name & Zambuzzi (2019) trazem uma contundente discussão sobre as dimensões de colonialidade que atravessam as disputas sobre a patrimonialização no Brasil, em específico, Salvador-BA.

entre outros), as relações entre lógica de localização são fundamentais, incluindo vínculos com a natureza consoantes a outras cosmovisões (idem). Nosso mapeamento tem ratificado tais constatações e, indo além, nos permite reconhecer como estas espacialidades e territorialidades interferem diretamente na prática de arquitetas, arquitetos e urbanistas, abrindo campo para “[...] imaginar um mundo no qual muitos mundos podem coexistir” (Mignolo, 2008, p. 297), afinal, ao conceber e desenhar espaços, estamos desenhando e concebendo mundos¹¹ (Escobar, 2017, p. 153; Carrillo, 2019, p. 174).

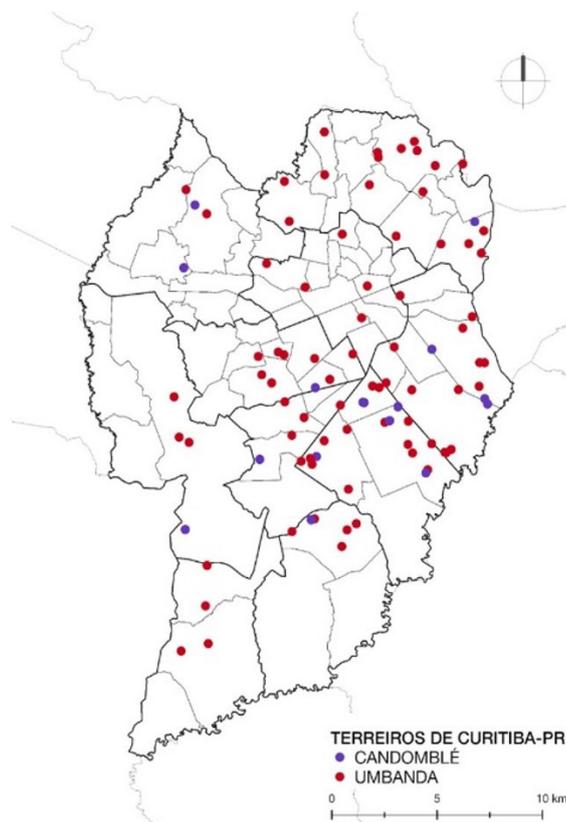


Figura 4 - Terreiros de Umbanda e Candomblé de Curitiba - PR. Fonte: Elaborado pelos autores, a partir de dados do Google Maps (2023) sobre base do IPPUC (2022).

Para além das análises de localização, os terreiros nos auxiliam no pensamento arquitetônico. Tanto a implantação das áreas construídas no terreiro quanto seus espaços internos, usos e nomenclaturas têm proporcionado um reposicionamento arquitetônico conceitual¹². Historicamente, os templos religiosos cristãos têm sido utilizados para exemplificar e pontuar a história da arquitetura, inclusive a teoria, quando as narrativas históricas hegemônicas da arquitetura versam sobre edifícios religiosos de determinados períodos da história europeia. Essa escolha, intencional, vincula o vocabulário projetual em um sentido hegemônico que pouco dialoga com outros territórios de religiosidades e formas de vida.

¹¹ Para tensionar os conceitos de projeto e desenho, indicamos Freire-Medeiros & Name (2019).

¹² Recomendamos Moassab (2019).

Cabe ressaltar como os terreiros subjazem historicamente invisibilizados e até mesmo como estão distantes na prática do cotidiano projetual de arquitetura¹³. Há uma multiplicidade de fatores que corroboram para tal, mas percebemos que os projetos existentes começam a ser divulgados, atraindo o olhar para as especificidades projetuais bem como para os diferentes vínculos entre cosmovisão e espacialidade¹⁴. O terreiro traz outras nomenclaturas, outros fluxos, outros usos, outras dimensões de espaços de culto e de domesticidade que vão além das ideias de habitação e de habitat, e que temos usualmente negligenciado como programas arquitetônicos. A implantação (Figura 5) vincula acessos e fluxos, usos e vegetação, o que é fundamental para os ritos e práticas da própria casa, reposicionando a relação entre vegetação e edificado. As transições de privacidade entre os espaços domésticos, nos quais habitam familiares vinculados aos terreiros, e os espaços de culto e de atendimentos denotam um arranjo arquitetônico particular. Em sucessivas conversas com a família envolvida, percebemos a obra como algo processual, em uma constante organização. A planta (Figura 6), recortada só para espaço de culto, mostra as escalas de transição. As nomenclaturas - como casa dos Exus, casa das Almas, congá - remontam a outras cosmovisões que demandam configurações espaciais específicas.

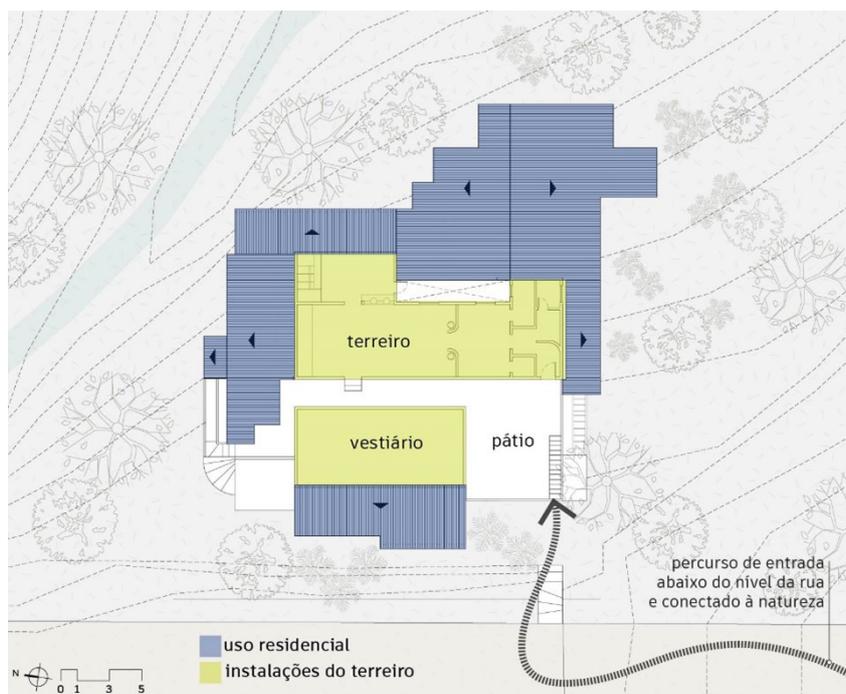


Figura 5 - Fluxos e relações espaciais em terreiro de umbanda. Fonte: Elaborado partir de trabalho de campo próprio e diálogos com os responsáveis do terreiro, sobre base gráfica de Pessatti & Maziviero (2021).

¹³ Ainda são poucos os trabalhos publicizados sobre escritórios de arquitetura e urbanismo que têm atuado projetando terreiros, entre os quais, citamos: Casa de Ôsumarê (Vitruvius, 2018).

¹⁴ A mesa designada "Designing Sacred Groves" em Harvard contou com arquitetos e arquiteta brasileira, em 2019, sobre a arquitetura de terreiros. Destacamos que este tema tem sido recorrente em alguns debates brasileiros, notadamente do evento "Salvador e suas cores". Para mais ver Harvard University (2023) e Salvador e Suas Cores (2023).

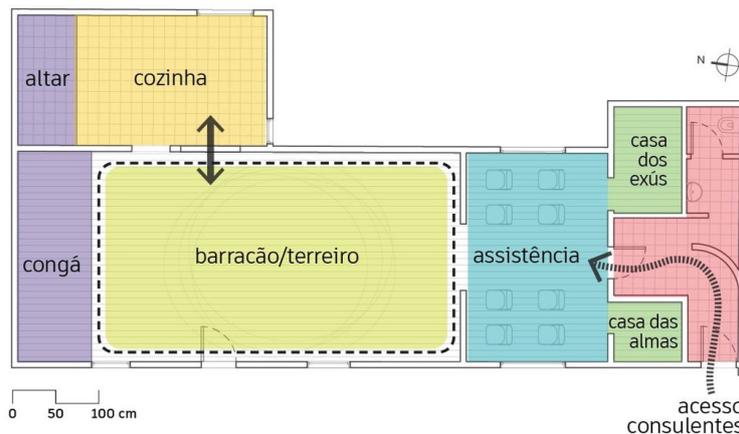


Figura 6 - Setorização do terreiro. Fonte: Elaborado pelos autores a partir de trabalho de campo e conversas com responsáveis pelo terreiro.

Os estudos espaciais, bem como as edificações em constante processo de reformas e construção, tensionam a própria noção de projeto e desenho, na qual podemos inserir as arquiteturas de terreiros nos *Diseños del Sur*, conforme¹⁵:

[...] em suas palavras, *diseños del Sur* (Gutierrez Borrero, 2015b, p. 120) que observem, descrevam, legitimem, acionem e valorizem conhecimentos e práticas menos utilitaristas e mais relacionais. Entendemos a laje, assim, como um projeto, ou melhor, um *diseño del Sur*, que resiste à imposição de racionalidades técnico-científicas moderno-coloniais que operam na chave da universalidade e que, por consequência, se pretendem produtoras e detentoras de todo conhecimento possível. (Freire-Medeiros e Name, 2019, p. 166).

Consoante às descobertas vinculadas à espacialidade do terreiro que temos estudado e amparados pelas perspectivas de desenhos do sul, seguimos o convite de Freire-Medeiros & Name (2019, p. 159) para “[...] pensarmos estratégias epistêmicas de revelação dos limites da racionalidade técnico-instrumental diante das mobilidades, impermanências e justaposições dos espaços urbanos e dos usos que os constituem”.

Reflexões e considerações

Historicamente, as discussões sobre desigualdades socioespaciais e segregação urbana têm sido constituídas a partir da luta de classes e da mais valia, seja no que concerne à força de trabalho, seja no que toca ao valor da terra, à lógica de localização dos grupos, entre outras várias dimensões. Esta perspectiva é fundamental para compreendermos a constituição de nossas cidades e nossos territórios, em âmbitos nacional e regional; no entanto, não dá conta de discutir especificidades nem invisibilizações e apagamentos impetrados historicamente, os quais, em certa medida, continuam se perpetuando. Outras cosmovisões e outros modos de vida, outras formas de conceber e vivenciar espaços, e que também nos constituem – como aldeias, palafitas, vilas rurais, comunidades etc. –, abrem campo para um tensionamento constante das teorias urbanas e espaciais hegemônicas. Neste sentido, a capital paranaense, ainda que alvo de diversas intervenções urbanas ao longo de sua trajetória histórica, conforme demonstramos aqui, não foge ao

¹⁵ Dois bons exemplos desse modo de pensar e conceber podem ser encontrados em Carrillo (2019) e Rugeri (2019).

panorama nacional. As invisibilizações das contribuições afrobrasileiras e indígenas ocorreram paulatinamente, ao longo da história, culminando numa cidade segregada e desigual. Há iniciativas nos campos da história, da geografia, das ciências sociais etc., mas o silêncio das escolas de arquitetura e urbanismo (com poucas exceções) precisa ser enfrentado.

Tratamos aqui, entre outras categorias, da categoria raça como elemento-chave para compreendermos a constituição plural e, ao mesmo tempo, desigual de nossas cidades e nossos territórios, abrindo margem para, além de debater o racismo estrutural que nos atravessa, olhar para as múltiplas contribuições da população negra que perpassam também as dimensões espaciais.

Entre as conclusões e as constatações que começamos a acumular, percebemos como as escolhas de planejamento urbano foram direcionando investimentos para determinadas áreas ao mesmo tempo em que marginalizavam determinados grupos com recorte específico de classe, gênero e renda. Note-se que nossos mapas, que detalham esta estrutura e os cruzamentos com as linhas estruturantes da cidade, reforçam estas constatações. Reflexões como esta abrem campo para uma crítica mais detalhada no campo do pensar urbano e permitem que políticas públicas estejam mais alinhadas com perfis menos generalistas da população.

O mapa de terreiros reforça a presença destes territórios em toda a trama urbana, reiterando a presença de práticas religiosas que ampliam o debate sobre a própria constituição sociocultural curitibana e rompendo a lógica das histórias únicas (Adichie, 2019). A arquitetura da relação entre aberto e fechado, transversal a muitos contextos brasileiros, também pode ser vista como uma contribuição afro-indígena brasileira.

Destarte, olhar para os territórios religiosos afro-brasileiros abre contribuições em amplo espectro, desde a composição espacial à possibilidade de imaginar e conhecer outras curitibas que, como camadas entrelaçadas, nos constituem, repletas de subjetividades, reconhecendo heranças, ausências e emergências, inclusive nas práticas projetuais. Conforme dito anteriormente, ainda que seja amplo o espectro de conformações socioespaciais de terreiros, nossa análise específica tem nos permitido dialogar sobre a dimensão do fazer e projetar arquitetônico em contextos do Sul, para os quais urgem “outras epistemologias” (Borrero, 2015 apud Freire-Medeiros & Name, 2019), uma vez que, conforme as análises da relação entre edificado e áreas vegetadas do terreiro que temos realizado, a intersecção entre elementos se mostra como forma de concepção espacial. Indo além, a construção em constante processo abre o campo para repensar a própria prática projetual. Deixamos, por fim, uma reflexão que amplia o campo de arquitetura e urbanismo, de AbdouMaliq Simone (2023, p. 201): “[...] olho para o que acontece em espaços e tempos bastante circunscritos que podem ajudar a preparar atores específicos para alcançar e se estender a um mundo maior e decretar essas possibilidades de se tornar urbano”.

Declaração de disponibilidade de dados

O conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste artigo está disponível no SciELO DATA e pode ser acessado em <https://doi.org/10.48331/scielodata.IVSHYL>

Referências

Adichie, C. (2019). *O perigo da história única*. São Paulo: Companhia das Letras.

AfroCuritiba. (2023). Recuperado em 29 de junho de 2023, de <https://linktr.ee/AfroCuritiba>

- Anjos, R. S. A. (2010). Cartografia da diáspora África – Brasil. *Revista da ANPEGE*, 7(1), 261-274.
- Baracho, M. L. G. (Ed.). (2020). *Presença negra em Curitiba*. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba. Recuperado em 29 de junho de 2023, de http://www.fundacaoculturaldecuitiba.com.br/pub/file/pp_livro_presencanegra_web%20%281%29.pdf
- Bittencourt, T. A., & Faria, J. R. V. (2021). Distribuição de investimentos públicos, infraestrutura urbana e desigualdade socioespacial em Curitiba. *urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana*, 13, e20190300. <http://doi.org/10.1590/2175-3369.013.e20190300>.
- Blum, C., Moscal, J., Cruz, C., & Hoshino, T. (2018). Lugares de Axé: notas sobre um inventário de terreiros de candomblé em Curitiba e região Metropolitana. In A. Raggio, R. B. Bley, & S. C. Trauczynski (Eds.), *Abordagem sociológica sobre a população negra no Paraná* (pp. 248-272.). Curitiba: SEJU.
- Carneiro, S. (2005). *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser* (Tese de doutorado). São Paulo: Universidade de São Paulo.
- Carrillo, O. S. (2019). Desenhando com o subalterno. *Revista Epistemologias do Sul*, 3(1), 166-179. Recuperado em 29 de junho de 2023, de <https://revistas.unila.edu.br/epistemologiasdosul/article/view/2452/2112>
- Carvalho, A. S. (2014). *Vivendo às margens* (Dissertação de mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- Cunha, H., Jr. (2021). Bairros negros: ruptura epistêmica do pan-pafricanismo no Brasil. *Revista de Extensão da UNIVASF*, 9(2), 71-88. Recuperado em 29 de junho de 2023, de <https://www.periodicos.univasf.edu.br/index.php/extramuros/article/view/1964>
- Cunha, H., Jr., & Ramos, M. E. (2020). Territórios de maioria afrodescendente: segregação urbana, cultura e produção da pobreza da população negra nas cidades brasileiras. *Revista Desenvolvimento Social*, 1(2), 77-85. Recuperado em 29 de junho de 2023, de <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/rds/article/view/1525>
- Curitiba. (2010). *Memorial Africano é destaque na Câmara*. Recuperado em 29 de junho de 2023, de <https://www.curitiba.pr.leg.br/informacao/noticias/memorial-africano-e-destaque-na-camara>
- Del Rio, V. (1990). *Introdução ao desenho urbano no processo de planejamento*. São Paulo: Pini.
- Delgado, Y. F., & Ruiz, A. M. (2021). Rumo a uma teoria urbana transmoderna e decolonial: uma introdução. *Revista Territorial*, 10(1), 94-117. Recuperado em 29 de junho de 2023, de <https://www.revista.ueg.br/index.php/territorial/article/view/12223>
- Dussel, E. (2005). Europa, modernidade e Eurocentrismo. In E. Lander (Ed.), *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas Latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO.
- Escobar, A. (2017). *Autonomía y diseño: la realización de lo comunal* (1ª ed., Vol. 1) Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Tinta Limón. Recuperado em 29 de junho de 2023, de https://tintalimon.com.ar/public/t9924e4gnhfdarefj529d4ikr8r8/pdf_978-987-3687-27-3.pdf
- Fanon, F. (1952). *Pele negra, máscaras brancas*. São Paulo: Ubu Editora.
- Freire-Medeiros, B., & Name, L. (2019). Epistemologia da laje. *Tempo Social*, 31(1), 153-172. <http://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2019.151262>.
- Google Maps. (2023). Recuperado em 29 de junho de 2023, de <https://www.google.com.br/maps/>
- Grosfoguel, R. (2006). La descolonización de la economía política y los estudios postcoloniales: transmodernidad, pensamiento fronterizo y colonialidad global. *Tabula Rasa*, (4), 17-48. <http://doi.org/10.25058/20112742.245>.
- Harvard University. (2023). *Sacred Groves & Secret Parks: Orisha Landscapes in Brazil and West Africa*. Recuperado em 29 de junho de 2023, de <https://www.gsd.harvard.edu/event/sacred-groves-secret-parks-orisha-landscapes-in-brazil-and-west-africa/>

- Hoshino, T., Freitas, N., & Pacheco, C. (2020). Pela “União dos Descendentes da Raça Africana”: a Sociedade Operária Beneficente 13 de Maio e os Caminhos da Presença Negra em Curitiba. In M. Barracho (Ed.), *Presença negra em Curitiba* (pp. 156-171). Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba. Recuperado em 29 de junho de 2023, de http://www.fundacaoculturaldecuitiba.com.br/pub/file/pp_livro_presencanegra_web%20%281%29.pdf
- Hoshino, T. (2021). Tomando o Axé: a arquitetura de terreiros também é patrimônio. In A. Moassab, M. Santos, M. Rugeri, & T. Bastos (Eds.), *Dicionário de Arquitetura de Terreiros: a partir do Ilê Asé Oju Ogún Funmilaiyó em Memória de Mãe Marina de Ogún* (Vol. 2). Foz do Iguaçu: UNILA. Recuperado em 29 de junho de 2023, de <https://dspace.unila.edu.br/items/68bdb619-0249-4540-8bbf-f377955cb839>
- Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba – IPPUC. (2022). Recuperado em 29 de junho de 2023, de <https://www.ippuc.org.br>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. (2012). *Censo brasileiro de 2010*. Rio de Janeiro: IBGE.
- Lara, F. (2020). Prefácio: por uma teoria da arquitetura decolonizada. In A. Moassab, & L. Name (Eds.), *Por um ensino insurgente em arquitetura e urbanismo* (pp. 7-12). Foz do Iguaçu: EDUNILA. Recuperado em 29 de junho de 2023, de <https://portal.unila.edu.br/editora/livros/e-books/porumensinosite.pdf>
- Linha Preta. (2023). Recuperado em 29 de junho de 2023, de <https://linhapretacuritiba.wixsite.com/linha-preta/a-linha-preta>
- Mendonça, J. M. N. (2016). Escravidão, africanos e afrodescendentes na “cidade mais europeia do Brasil”: identidade, memória e história pública. *Tempos Históricos*, 20(1), 218-240.
- Mendonça, J. M. N. (2018). Cativos em insurgência: o que os escravos da Fazenda Capão Alto podem ainda nos dizer sobre suas e sobre o que pensamos delas. In J. M. N. Mendonça, & J. U. Souza (Eds.), *Paraná Insurgente: histórias e lutas sociais – séculos XVIII ao XXI*. São Leopoldo: Cara Leiria. Recuperado em 29 de junho de 2023, de <http://www.humanas.ufpr.br/portal/paranainsurgente/paranainsurgente.html#page=6&zoom=z>
- Mendonça, J. M. N. (2020). Curitiba é também africana. In M. Barracho (Ed.), *Presença negra em Curitiba* (pp. 156-171). Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba. Recuperado em 29 de junho de 2023, de http://www.fundacaoculturaldecuitiba.com.br/pub/file/pp_livro_presencanegra_web%20%281%29.pdf
- Mignolo, W. D. (2008). Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. *Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, Língua e Identidade*, 34, 287-324. Recuperado em 29 de junho de 2023, de http://professor.ufop.br/sites/default/files/tatiana/files/desobediencia_epistemica_mignolo.pdf
- Moassab, A. (2019). Os desafios de introduzir as categorias gênero e raça no ensino de arquitetura e urbanismo. *Revista Epistemologias do Sul*, 3(2), 134-153. Recuperado em 29 de junho de 2023, de <https://revistas.unila.edu.br/epistemologiasdosul/article/view/2478>
- Moassab, A. (2021). A invisibilidade das religiões afro-brasileiras nos estudos de arquitetura. In A. Moassab, M. Santos, R. Rugeri, & T. Bastos (Eds.), *Dicionário de Arquitetura de Terreiros: a partir do Ilê Asé Oju Ogún Funmilaiyó em Memória de Mãe Marina de Ogún* (Vol. 2). Foz do Iguaçu: EDUNILA. Recuperado em 29 de junho de 2023, de <https://dspace.unila.edu.br/items/68bdb619-0249-4540-8bbf-f377955cb839>
- Moassab, A., & Name, L. (2020a). Apresentação. In A. Moassab, & L. Name (Eds.), *Por um ensino insurgente em arquitetura e urbanismo*. Foz do Iguaçu: EDUNILA. Recuperado em 29 de junho de 2023, de <https://portal.unila.edu.br/editora/livros/e-books/porumensinosite.pdf>
- Moassab, A., & Name, L. (Eds.). (2020b). *Por um ensino insurgente em arquitetura e urbanismo*. Foz do Iguaçu: EDUNILA. Recuperado em 29 de junho de 2023, de <https://portal.unila.edu.br/editora/livros/e-books/porumensinosite.pdf>
- Moassab, A., & Santos, M. (Eds.). (2021). Dicionário de Arquitetura dos Terreiros de Candomblé: verbetes. In A. Moassab, M. Santos, R. Rugeri, & T. Bastos (Eds.), *Dicionário de Arquitetura de Terreiros: a partir do Ilê Asé Oju*

- Ogún Funmilaiyó em Memória de Mãe Marina de Ogún (Vol. 2). Foz do Iguaçu: EDUNILA. Recuperado em 29 de junho de 2023, de <https://dspace.unila.edu.br/items/68bdb619-0249-4540-8bbf-f377955cb839>
- Name, L., & Zambuzzi, M. (2019). Notas inconclusivas sobre raça, arquitetura e a colonialidade do patrimônio material e imaterial. *Epistemologias do Sul*, 3(1), 118-140. Recuperado em 29 de junho de 2023, de <https://revistas.unila.edu.br/epistemologiasdosul/article/view/2448>
- Nascimento, G. (2021). A racialização do espaço urbano da cidade de Curitiba- PR. *Geografia Ensino & Pesquisa*, 25(24), e24. <http://doi.org/10.5902/2236499446911>.
- Pena, J. S. (2019). O quarto de empregada e a morte de Miguel. *Epistemologias do Sul*, 3(1), 110-117. Recuperado em 29 de junho de 2023, de <https://revistas.unila.edu.br/epistemologiasdosul/article/view/2445>
- Pessatti, J. T. K., & Maziviero, M. C. (2021). Dimensões espaciais das relações raciais: o caso de um terreiro umbandista no bairro Abranches em Curitiba. In *Anais eletrônicos do XVI Seminário de História da Cidade e do Urbanismo*. Salvador: UFBA.
- Quijano, A. (1999). ¡Qué tal raza! *Ecuador Debate*, (48), 141-151. Recuperado em 29 de junho de 2023, de <https://repositorio.flacsoandes.edu.ec/bitstream/10469/5724/1/RFLACSO-ED48-09-Quijano.pdf>
- Ramos, M. E. R. (2020). As lacunas dos estudos afro-brasileiros no ensino de Arquitetura e Urbanismo. In A. M. L. Name (Ed.), *Por um ensino em arquitetura e urbanismo*. Foz do Iguaçu: EDUNILA.
- Rodrigues, C. C., & Coelho, L. X. P. (2017). Financeirização da natureza na agenda internacional e impactos na política urbana de Curitiba. In *Anais do II Congresso Internacional de Política Social e Serviço Social: Desafios Contemporâneos; III Seminário Nacional de Terrotório e Gestão de Políticas Sociais; II Congresso de Direito à Cidade e Justiça Ambiental*. Londrina: Universidade Estadual de Londrina. Recuperado em 29 de junho de 2023, de <https://www.congressoservicosocialuel.com.br/anais/2017/assets/134375.pdf>
- Rugeri, M. R. (2019). Casa branca, terra roxa: modernidade, espaço rural, arquitetura e suas relações de gênero. *Epistemologias do Sul*, 3(2), 154-165. Recuperado em 29 de junho de 2023, de <https://revistas.unila.edu.br/epistemologiasdosul/article/view/2481>
- Salvador e Suas Cores. (2023). *Edições anteriores*. Recuperado em 29 de junho de 2023, de <https://salvadoresuascores2023.webnode.page/edicoes-antteriores/>
- Sánchez, F., & Moura, R. (2005). Ciudades-modelo: estrategias convergentes para su difusión internacional. *EURE*, 31(93), 21-34. <http://doi.org/10.4067/S0250-71612005009300002>.
- Sánchez, G. F. (2003). *A reinvenção das cidades para um mercado mundial* (1ª ed.). Chapecó: Argos Editora Universitária. Recuperado em 29 de junho de 2023, de https://sites.usp.br/projeto4_iauusp/wp-content/uploads/sites/613/2020/06/S%C3%81NCHEZ-Fernanda_A-reinven%C3%A7%C3%A3o-das-cidades-para-um-mercado-mundial_2ed_Chapec%C3%B3_Argos_2010_compressed.pdf
- Santos, B. S. (2007). Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *Novos Estudos CEBRAP*, 79(79), 71-94. <http://doi.org/10.1590/S0101-33002007000300004>.
- Santos, J. C. G. (2013). A cidade de Curitiba e o projeto político de invisibilização da população negra. (Monografia de especialização). Universidade Federal do Paraná, Curitiba.
- Santos, B., Braga, G., & Brum, L. (2019). Centro e arredores. In Fundação Cultural de Curitiba (Ed.), *Dos traços aos trajetos: a Curitiba negra entre os séculos XIX e XX* (Boletim Casa Romário Martins, No. 149). Curitiba. Recuperado em 29 de junho de 2023, de https://drive.google.com/file/d/1Ye4zTZIvKu6KJm_bw3PspPS57GHzh7d/view
- Santos, R. E. (2012). Sobre espacialidades das relações raciais: raça, racialidade e racismo no espaço urbano. In R. E. Santos (Ed.), *Questões urbanas e racismo* (Vol. 1, pp. 36-66). Rio de Janeiro: DP et Alii.
- Simone, A. (2023). Refazendo cidades africanas. *Laje*, 1(1), 262-289. <http://doi.org/10.9771/lj.v1i0.54544>.

Souza, N. R. (2001). Planejamento urbano em Curitiba: saber técnico, classificação dos cidadãos e partilha da cidade. *Revista de Sociologia e Política*, 16(16), 107-122. <http://doi.org/10.1590/S0104-44782001000100008>.

Vaz, M. J. M. V., Silva, C. F., Bertoli, D., & Reche, D. (2021). Maputo: citizenship, everyday life, and public space. *African Geographical Review*, 40(3), 1-18. Recuperado em 29 de junho de 2023, de <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/19376812.2021.1910853>

Velame, F. M. (2019). *Arquiteturas da Ventura: os terreiros de candomblé de Cachoeira e São Félix* (Tese de doutorado). Universidade Federal da Bahia, Salvador. Recuperado em 29 de junho de 2023, de <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/30166>

Vitruvius. (2018). *Casa de Ôsumàrè*. Recuperado em 29 de junho de 2023, de <https://vitruvius.com.br/revistas/read/projetos/18.210/7004>

Walsh, C. (2005). Introducción. In C. Walsh (Ed.), *Pensamiento crítico y matriz colonial*. Quito: UASB-Abya Yala. Recuperado em 29 de junho de 2023, de [https://repositorio.uasb.edu.ec/bitstream/10644/7426/1/Walsh%20C-Pensamiento%20cr%C3%ADtico%20y%20matriz%20\(de\)%20colonial.pdf](https://repositorio.uasb.edu.ec/bitstream/10644/7426/1/Walsh%20C-Pensamiento%20cr%C3%ADtico%20y%20matriz%20(de)%20colonial.pdf)

Editor: Rodrigo Firmino

Recebido: Jun. 29, 2023

Aprovado: Aug. 16, 2024